

CAPÍTULO 6

TRABALHO, RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PAISAGEM URBANA AO SUL DO BRASIL

Margarete Fagundes Nunes

Introdução

O capítulo aborda a complexa ocupação territorial da bacia hidrográfica do rio dos Sinos¹⁰³ e as negociações e conflitos entre os diferentes grupos étnico-raciais, ao longo do tempo, na disputa pelos recursos naturais da região. Trata-se aqui, em especial, da cidade de Novo Hamburgo, por sua importância, no transcorrer do séc. XX, como cidade ícone do desenvolvimento industrial do Vale do Rio dos Sinos¹⁰⁴ e do Rio Grande do Sul, constituindo-se como alicerce do paradigma da modernização e do progresso industrial.

Na região dos Sinos, a ocupação e o domínio dos ecossistemas aquáticos e terrestres não estiveram dissociados das diferenciações que operaram no âmbito das relações étnico-raciais. A disputa pelo controle dos recursos naturais, especialmente da exploração dos recursos hídricos e sua mercantilização, tinha como propósitos a implantação e o desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista.

A reflexão presente neste capítulo resulta de, pelo menos, duas frentes de pesquisa que temos desenvolvido ao longo de quase duas décadas na região dos Sinos. A primeira delas origina-se do diálogo estabelecido com as comunidades negras por meio do qual priorizamos a escuta e o registro das suas memórias coletivas em relação ao trabalho, aos espaços de sociabilidade e aos desafios frente às discursividades em torno das políticas de ações afirmativas na sociedade brasileira (Nunes, 2009; Nunes e Rocha, 2010; Nunes et. al. 2013). A segunda trata-se de uma interlocução com proprietários, ex-proprietários e funcionários administrativos de empresas curtidoras do Vale dos Sinos, os “narrado-

103 A bacia do rio dos Sinos integra 32 municípios. Possui cerca de 190 km de extensão desde a nascente, no município de Caraá, até a foz, no município de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre.

104 O curso principal do rio dos Sinos recebe o nome de Vale do Rio dos Sinos e engloba 14 municípios, entre eles o de Novo Hamburgo. Disponível em: <<http://www.comitesinos.com.br/bacia-hidrografica-do-rio-dos-sinos>>

res do trabalho industrial”, os quais, em grande parte, são descendentes de imigrantes alemães. Nosso objetivo aqui é relacionar as narrativas etno-biográficas desses sujeitos para que o conhecimento das suas trajetórias nos auxilie na compreensão da cidade e dos jogos da memória, em especial da memória do trabalho e da memória ambiental da/na região (Nunes, Figueiredo, Rocha, 2015; Rocha, Nunes, Figueiredo, 2016; Nunes, Rocha, Figueiredo, 2019).

Em nossa filiação a uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013), investimos no estudo das memórias do mundo do trabalho e das relações étnico-raciais no contexto metropolitano de Novo Hamburgo, sob a ótica das rítmicas espaço-temporais que se acumulam na dinâmica do cotidiano de seus habitantes. Nessa perspectiva, enfocamos o encadeamento das narrativas desses habitantes, na intenção de compreender as aproximações e distâncias no modo como eles narram a cidade e/ou a região, como dão sentido às suas vivências locais, à ocupação do território, aos deslocamentos e itinerários citadinos e às transformações do mundo do trabalho e da paisagem urbana.

Filiamo-nos ao conceito de memória ambiental (Devos, 2007; Devos, 2009) no intuito de desvelar o processo espaço-temporal que conforma a ocupação, o povoamento, os usos dos recursos naturais e a formação de mão de obra nos arredores da bacia do rio dos Sinos. Desse modo, ainda que consideremos os processos de trabalho das matrizes extrativista e agropastoril, implantados desde a colonização portuguesa, fixamo-nos no estudo da matriz operário-industrial e de seus desdobramentos, cuja origem está fortemente associada aos imigrantes alemães, mas que contou, ao longo do seu desenvolvimento, com a participação ativa de outros grupos étnico-raciais, os quais foram cruciais para a garantia da produção e do crescimento econômico da região. A crise da indústria coureiro-calçadista, desde o final da década de 90, vem forçando a região a reorganizar-se do ponto de vista da diversificação da sua matriz produtiva.

Seguindo a perspectiva de uma etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013), lançamos mão da construção de uma breve arqueologia do mundo do trabalho da região do Vale do Rio dos Sinos a fim de articular as categorias trabalho, paisagem urbana e relações étnico-raciais.

Ao fazermos isso, aproximamos nosso objeto de investigação do campo teórico-conceitual do grupo de pesquisa *Modernidad/Colonialidad*, vinculado ao Clacso – Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Esses pesquisadores, ao analisarem a ocupação, a exploração e os projetos de desenvolvimento da América Latina ao longo de seu processo histórico, tomam-na como territórios de uma natureza colonizada (Alimonda, 2011) e os problematizam a partir da situação de colonialidade do poder (Quijano, 2005) intrínseca à Modernidade, e que persiste e se atualiza a despeito de o fim do colonialismo.

Apresentamos, a seguir, alguns marcos teórico-conceituais da discussão modernidade\colonialidade que subsidiam a nossa análise ao longo do desenvolvimento do capítulo e que, portanto, reaparecem em outros momentos, por ocasião da discussão específica acerca do Vale do Rio dos Sinos, da paisagem urbana e da segregação territorial.

Da colonialidade dos projetos de desenvolvimento

Segundo o Grupo *Modernidad/Colonialidad* (Quijano, 2005; Alimonda 2011), não se pode pensar a modernidade enquanto um fenômeno descolado, apartado da colonialidade. A compreensão da interdependência entre os conceitos permite-nos olhar de modo crítico para os enunciados eurocêntricos em relação à Modernidade, especialmente os que a tratam como fenômeno isolado e restrito à Europa ocidental. A partir do conceito de giro decolonial, esses autores apresentam-nos a possibilidade de uma diversidade epistêmica, isto é, a oportunidade de olhar, compreender e narrar a Modernidade de um outro lugar e sob uma outra perspectiva de análise (Alimonda, 2011). No caso de nossa investigação – a etnografia da duração aplicada à compreensão das relações étnico-raciais e à paisagem urbana do Vale dos Sinos - afirmamos que o giro decolonial estimula-nos a pensar tanto as atualizações e persistências da colonialidade na América Latina - em relação ao cenário econômico global - quanto a “colonialidade interna”.

Conforme Quijano (2005), uma das grandes consequências da constituição da América enquanto *id-entidad* foi a classificação social da população mundial sob a ideia de raça. O processo colonizador que se constituiu a partir da América permitiu a ascensão de um padrão

mundial de poder que teve a divisão racial do trabalho como eixo. Não obstante a diversidade dos povos africanos e das populações indígenas, “índios e negros” passaram a ser categorias genéricas e explicativas para a diferenciação das alteridades submetidas ao domínio colonial. Raça e divisão do trabalho, portanto, estavam devidamente associadas à nova estrutura de poder que, aos poucos, permitiu a consolidação do capitalismo enquanto sistema-mundo (Wallerstein, 1976) colonial/moderno cuja América e a ideia de americanidade foram fundamentais (Quijano e Wallerstein, 1992). Na divisão social e racial do trabalho do capitalismo colonial/moderno e euro-centrado, os negros foram reduzidos à escravidão, os índios, à servidão, e os brancos, ao trabalho assalariado. À medida que o capitalismo se desenvolvia, o trabalho escravo, ou o trabalho não pago, consolidava-se como exclusividade das raças consideradas inferiores.

Em *Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina*, Quijano (2005) não aborda o incremento teórico que esta divisão racial do trabalho recebe no século XIX, quando a categoria raça passa a fazer parte da discursividade dos “homens da ciência” enquanto categoria analítica. A nosso ver, este momento sela as concepções correntes de hierarquização entre os grupos étnico-raciais e a divisão social e racial do trabalho, dessa vez legitimadas pelo discurso científico.

A discussão de Quijano (2005) possibilita-nos pensar o processo de *re-identificação histórica* de outros povos e de outros territórios sob o estímulo da hegemonia econômica, política e cultural desde a Europa, cujas implicações e conflitos não se resumem ao âmbito das macrorrelações políticas do sistema-mundo capitalista, mas se materializam nas dimensões de uma meso-ética e uma micro-ética (Cardoso de Oliveira, 2000), isto é, nas relações mediadas por órgãos representativos dos Estados-nacionais - na forma de leis, ações, projetos - e nas relações sociais cotidianas.

Não obstante os processos de independência, a partir do século XIX, da maioria das antigas colônias europeias situadas na América, e de grande parte das colônias localizadas na África, no século XX, que encerram o ciclo do colonialismo enquanto ascendência jurídica de um povo sobre outro (o) s povo (s) e outros territórios, persistem formas de dominação econômica e política e, sobretudo, a colonialidade segue seu

curso. Essa enraíza-se no modo de vida, na produção do conhecimento, nas subjetividades, nas ideias e visões de mundo, indo muito além das relações econômicas (Quijano, 2014).

Em *Colonialidad del poder y clasificación social*, Quijano (2014) apresenta cinco formas de controle da existência social praticadas pelo colonialismo: 1. o trabalho e seus produtos; 2. a natureza e os recursos de produção; 3. o sexo e a reprodução da espécie; 4. a subjetividade e seus produtos, incluindo o conhecimento; 5. a autoridade e seus instrumentos. A decolonialidade, neste caso, deve atentar para a desconstrução de todas estas formas de controle, que, se não foram oriundas do capitalismo enquanto sistema-mundo, foram por ele intensificadas ou dele receberam algum matiz especial. No tema aqui abordado, vamos centrar em, pelo menos, três destas cinco formas de controle supracitadas: o trabalho, os recursos naturais e as subjetividades.

A crítica decolonial dos teóricos do Clacso é reforçada neste trabalho pela leitura de Shiva (2002), teórica indiana que integra o pensamento decolonial das epistemologias do Sul. A metáfora Monoculturas da Mente, que dá nome ao livro de Shiva (2002), é utilizada pela autora para sinalizar que os modelos de desenvolvimento moderno-ocidentais, implantados ao sul do mundo, não são nocivos tão somente ao meio-ambiente e à diversidade biológica, mas são uma ameaça à diversidade cultural, aos saberes locais das populações que ali habitam. Portanto, caracterizam-se pela insustentabilidade.

Para Shiva (2002,) a dominação da monocultura não visa se legitimar apenas no solo, mas pretende alojar-se e invadir as mentes por meio da imposição de saberes técnico-científicos ocidentais, incapazes de dialogar com os saberes locais. Os saberes modernos são dominantes e colonizadores. Ao elaborar esta crítica, a autora abre espaço para a proposição e defesa da construção de sociedades sustentáveis que tenham como mote a preservação das diversidades biológica e cultural. Para isso, cunha o conceito de bio-democracia cuja efetivação seria possível por intermédio da valorização dos sistemas locais de saber das próprias comunidades. A autora propõe um *continuum* ecológico entre a floresta e o campo, criticando a silvicultura (reflorestamento) e a monocultura agrícola.

Acrescentamos “a cidade” a este *continuum* ecológico proposto por Shiva (2002) e ressaltamos o trinômio: floresta, campo, cidade. Assim, a crítica decolonial das lógicas desenvolvimentistas da modernidade ocidental e seus impactos ao meio-ambiente e às comunidades locais, muito bem sintetizada pela autora através da formulação da metáfora “monoculturas da mente”, transpomos para os estudos de uma antropologia urbana. Desse modo, analisamos o modelo de desenvolvimento da matriz operário-industrial, implantado na região dos Sinos/RS, as consequências aos ecossistemas terrestre e aquático e, sobretudo, às relações étnico-raciais e à configuração das paisagens urbanas.

Para realizar este intento de conhecer os arranjos entre cidade e natureza, adotamos a perspectiva da etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013) a fim de estudar a experiência do tempo que orienta as ações dos habitantes da cidade com o ambiente. Nossa intenção é desvendar os jogos da memória que tecem, no tempo, as relações entre cidade e natureza, considerando a heterogeneidade e as descontinuidades entre os tempos pensados e os tempos vividos por nossos interlocutores de pesquisa nos espaços urbanos onde eles habitam.

Para a compreensão dos conflitos socioambientais resultantes dos modelos de desenvolvimento implantados na região dos Sinos, temos como referência o conceito de giro-ecoterritorial proposto por Svampa (2011). No entanto, ao utilizarmos o conceito, não temos apenas a intenção de demarcar as tensões, as resistências e as lutas contemporâneas que trazem em seu bojo a “questão ambiental”. Nosso interesse é aproximar o conceito de giro-ecoterritorial à perspectiva da etnografia da duração, isto é, consideramos que os atuais arranjos e sensibilidades em relação à questão ambiental decorrem de gestos anteriores, de maneiras de ser e de fazer que duram no tempo.

A “Bacia dos Sinos” integra diversos ecossistemas na dinâmica de suas águas, bem como abriga distintos projetos de desenvolvimento e, por consequência, inúmeros conflitos socioambientais. Ao operarmos com o conceito de memória ambiental (Devos, 2007; 2009), lidamos com distintas escalas de espaço-tempo e com níveis complexos de articulações entre cidade e natureza que deles decorrem (local, regional, global). A mercantilização e a degradação dos ecossistemas da região

dos Sinos, assim como de tantos outros na América Latina, são herdeiras dos mitos fundacionais da instalação da supremacia racionalista do Ocidente sobre os Trópicos.

É com este entendimento que nossas pesquisas se aproximam das análises críticas das epistemologias do Sul, que se propõem pensar a devastação socioambiental no sul do mundo e, no caso da alusão aos pesquisadores do Clacso, a manutenção da colonialidade do poder e do saber na América Latina. Desse modo, nosso interesse é contribuir com a desconstrução do eurocentrismo presente nas narrativas das ciências sociais e da natureza, legitimado pela racionalidade do Ocidente moderno. Nesta direção, defendemos a construção de etnografias decoloniais capazes de colaborar para a elaboração e a consolidação de estudos críticos aos modelos de desenvolvimento e (in) sustentabilidade socioambiental no Brasil e na América Latina; etnografias que situem os seus objetos de investigação à leitura dos projetos de “desenvolvimento” em curso, em seus diferentes níveis (local, regional, nacional, global), e que questionem a manutenção da situação de colonialidade do poder e do saber dos seus territórios, tanto no que se refere à realidade física desses espaços, quanto às suas dinâmicas socioculturais.

O “Vale do Rio dos Sinos” e o trabalho industrial

Os relatos e escritos historiográficos acerca das primeiras ocupações colonialistas da região do Vale do Rio dos Sinos costumam anunciar o final do século XVIII como momento significativo, quando acontece o projeto colonial de edificação da Feitoria do Linho Cânhamo. No século XIX, a região é escolhida para acolher levas expressivas de imigrantes alemães, e novos conflitos são estabelecidos devido à disputa territorial envolvendo indígenas, negros, portugueses - e seus descendentes - e imigrantes. Na região dos Sinos, instalam-se as primeiras atividades industriais do estado do Rio Grande do Sul, no século XIX, que se vão desenvolver ao longo do século XX.

Em 1927, o município de Novo Hamburgo emancipa-se de São Leopoldo e passa a colocar-se como protagonista da “modernidade e do progresso” e, portanto, merecedor do título de “centro de trabalho e de

cultura, de respeito à ordem, de obediência às leis e de cumprimento de seus deveres cívicos”, conforme as palavras de Leopoldo Petry (1944, p. 14), político e escritor, líder do movimento emancipacionista do município naquele período. A economia de matriz agropastoril da sociedade colonial e suas antigas formas de exploração dos recursos naturais no sul do Brasil começam a ser vistas sob a ótica da degradação e da incapacidade produtiva, cedendo espaço, paulatinamente, para a ascensão e legitimação de outras imagens, tais como as de progresso e “civilização” por decorrência da presença do imigrante alemão (Petry, 1944).

Em pesquisa para a tese de doutoramento, mostramos o quanto as representações e imagens do trabalho e do desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos foram associadas à figura do imigrante alemão, em uma nítida divisão racial do trabalho. Nessa perspectiva, o trabalho industrial, livre e assalariado não se ligava apenas ao branco, mas ao “alemão”, que representava um modelo superior de branquidade (Nunes, 2009).

Em 1938, época do Estado Novo e das políticas de “abrasileiramento” de Getúlio Vargas, o escritor leopoldense Viana Moog publicou a obra literária *Um Rio Imita o Reno* (1938). O enredo do romance se passa em uma cidadezinha fictícia, denominada *Blumental, Manchester do Brasil*, onde um engenheiro amazonense de descendência indígena, Geraldo, desembarca para realizar obras hidráulicas. Em *Blumental*, o jovem, que se apaixona por uma teuto-brasileira, é discriminado por preconceito de raça e obrigado a deixar a colônia. Conforme a narrativa literária, ao mesmo tempo em que *Blumental* encantava a todos por suas qualidades, as fortes referências étnicas eram uma ameaça à integração tanto regional quanto nacional. Naquele momento, integrar significava ofuscar a identidade étnica (Nunes, 2009).

O discurso de integração naquele período nutria tanto as narrativas literárias quanto as historiográficas e sociológicas. Muitos intelectuais mobilizavam-se para a edificação de uma narrativa de nação fundamentada no ideal da mestiçagem e na ideologia do branqueamento. No caso do sul do Brasil, o ideal de mestiçagem e de democracia cordial precisava ser fortalecido, especialmente nas regiões onde as diferenças étnicas eram marcadamente assinaladas. Nesta perspectiva, o pensamento social que se constituiu no Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XX,

vinculou-se aos interesses dos governantes que desejavam “abrasileirar os estrangeiros” e ofuscar as identidades étnicas, ao mesmo tempo em que tentavam diminuir as contribuições de negros e indígenas no Estado, fortalecendo a ideologia do branqueamento (Nunes, 2009).

No RS, a forma que se encontrou para “abrasileirar o estrangeiro” foi através da sua aproximação à figura do gaúcho, pois, desde o século XIX, o gaúcho vinha sendo exaltado nas produções literárias e historiográficas como um tipo altivo, valente e guerreiro. Amalgamar a figura do gaúcho à figura do imigrante - alemão e italiano – cumpria um papel relevante na diferenciação do gaúcho brasileiro em relação ao *gaucho argentino* ou uruguaio. Além disso, esta branquidade representada pelo alemão ou italiano, apesar de também europeia, era vista como distinta e superior à branquidade ibérica (Nunes, 2009).

Em 1833-1834, o viajante Arsène Isabelle (1983) já exaltava as virtudes do tipo rio-grandense:

Pensamos estar na Alemanha. Não pude evitar, à vista desta povoação europeia, um sentimento de admiração, porque, em primeiro lugar, fui surpreendido pelo contraste que ofereciam estes lugares, cultivados com cuidado, estes caminhos, abertos penosamente através das colinas, morros e matos, estas pequenas propriedades rodeadas de fossos, profundos ou sebes vivas, esta atividade de agricultores e artesões, rivalizando no desejo da prosperidade comum... com o abandono absoluto em que os brasileiros deixam suas terras, o mau estado de suas estradas, suas choupanas estragadas, enfim essa falta de atividade, esse espírito de desperdício e de destruição que os caracteriza tão bem quanto os argentinos. (1983, p.72)

A colonização do Vale do Rio dos Sinos foi um marco fundamental para a disseminação de fábulas progressistas no Rio Grande do Sul, às quais foram associadas a imagem do imigrante e contribuíram para alimentar as narrações míticas de administradores e intelectuais interessados na construção de uma perspectiva racional e desenvolvimentista para o estado. Além disso, as colônias de imigração representavam, para as elites locais, um meio eficaz de controlar e oprimir as comunidades indígenas que resistiam à ocupação e colonização dessa região. O tra-

balho assalariado contraposto ao trabalho escravo colocou em cena o imigrante alemão como aquele que passou a ser o responsável por “dignificar” e civilizar” as relações de trabalho (Nunes ,2009).

Às antigas tradições hierárquicas de matriz extrativista e agropastoril, vinculadas à colonização portuguesa, são superpostas outras figuras que se ligam a uma matriz urbano-industrial sob a égide da imigração alemã.

Em nosso entendimento, estas imagens, ao serem produzidas e reproduzidas intensamente e em tom heroico por seus representantes oficiais, apresentam-se como derivações mitológicas das imagens da “luta pela terra” no Rio Grande do Sul, e que, na perspectiva de uma arqueologia do trabalho e da memória ambiental, simbolizam o gesto ancestral de conquista da terra e das águas na memória coletiva das comunidades urbanas do Vale dos Sinos (Rocha, Nunes e Figueiredo, 2016).

Enquanto a figura do imigrante é exaltada nesta memória oficial da conquista das matérias terrestre e aquática da região dos Sinos, a referência a outros grupos, especialmente índios, negros, mestiços e “brasileiros”, é marcada pela “desclassificação social”. Quijano (2005), ao abordar a exploração e a dominação da América, assim como a relação entre os conceitos de modernidade e colonialidade, assinala que, na divisão racial do trabalho que se estrutura em nível mundial a partir da colonização, os índios são associados à estrutura social da servidão, os negros, à escravidão e o europeu branco, ao trabalho livre e assalariado.

A matriz operário-industrial apoia-se na tradição da matriz extrativista e em todas as representações que daí derivam, isto é, na própria concepção de natureza colonizada e, portanto, disponível para que, das suas entranhas, sejam extraídas, arrancadas e tomadas as suas riquezas e, ademais, que seus recursos sejam passíveis de mercantilização e de uso inesgotável. Estas representações perduram no tempo e referendam a importância e a legitimidade da etnografia da duração (Eckert e Rocha, 2013), por meio da qual podemos compreender as narrativas dos habitantes da cidade em uma dimensão espaço-temporal, considerando a reverberação de imagens e representações acerca do lugar onde vivem, desde o uso dos recursos naturais, a ocupação urbana, a formação dos territórios e das paisagens urbanas.

Alimonda (2011) lembra que a persistência da colonialidade afeta a natureza latino-americana em dois níveis: enquanto realidade física (a fauna, a flora, a biodiversidade, a vida humana etc); enquanto configuração territorial (a dinâmica sociocultural que articula os ecossistemas e paisagens). Para este autor, tanto para os grupos hegemônicos globais quanto para as elites locais a natureza aparece como “un espacio subalterno, que puede ser explotado, arrasado, reconfigurado, según las necesidades de los regímenes de acumulación vigentes” (Alimonda, 2011, p. 21).

A afirmação da matriz operário-industrial enfatiza as memórias da saga das principais famílias alemãs em prol da disseminação do trabalho livre e assalariado, que aparece associado ao crescimento da indústria do couro e do calçado na região. Ao vincular-se as ideias de modernidade e progresso locais tão somente à figura do imigrante alemão, afastam-se outros grupos étnico-raciais de participar desta construção, ao mesmo tempo que se encobrem as discriminações étnicas e raciais do mundo do trabalho (Nunes et al., 2013; Nunes; Rocha; Magalhães, 2013).

Seguindo o entendimento de Alimonda (2011), o giro decolonial abre espaço para a reescrita das narrativas da Modernidade, conforme a perspectiva dos grupos dominados e sua história de resistência, como uma maneira de recuperar os discursos sufocados e silenciados pelo processo colonizador. Desse modo, o autor apoia-se nos estudos da história ambiental e da ecologia política, adotando como obra de referência o “ecologismo dos pobres” de Martinez-Alier (2005). A nosso ver, para além da dimensão da história de resistência, interessa-nos, também, apreender os agenciamentos de resiliência dessas populações ao longo do tempo, isto é, não apenas a sua capacidade de mobilização, reação e organização coletiva, mas a competência individual e coletiva de superação das intempéries, de enfrentamento da discriminação étnico-racial cotidiana, da criação e sustentação dos seus espaços de sociabilidade e formação de redes de convivência e solidariedade.

Paisagem urbana e segregação territorial

Quando aderimos aos conceitos de giro decolonial (Alimonda, 2011) e de conflitos ecológicos distributivos (Martinez-Alier, 2005),

concordamos com a crítica cultural desses autores à visão eurocêntrica da Modernidade, que se pautou por uma perspectiva economicista e pragmática da relação com a natureza, e com os povos dominados, e, que, portanto, cabe a esses, hoje, a defesa dos recursos naturais como essenciais para o “suporte à vida” (Martinez-Alier, 2005).

Não por acaso há um imbricamento das lutas ambientais e das lutas sociais, antirracistas e identitárias no mundo contemporâneo, visível nas leituras de vários intelectuais latino-americanos (Leite Lopes, 2006; Alimonda, 2011; Svampa, 2011, 2012), que vão destacar o aspecto da ambientalização das lutas e dos conflitos sociais. Neste sentido, não necessariamente só os sujeitos humanos são detentores de direito, mas a própria natureza desponta como passível de direito para a continuidade da manutenção da vida como um todo, numa clara alusão crítica ao antropocentrismo.

Este entendimento faz-nos refletir sobre as formas de ocupação do espaço urbano das cidades brasileiras e as implicações da ambientalização das lutas sociais travadas por esses grupos quando se trata da defesa dos seus territórios. Quijano (2005; 2014) mostra com propriedade o quanto o processo colonizador da América esteve devidamente articulado ao desenvolvimento do capitalismo mundial. As formas de controle e de exploração do trabalho que se constituíram na América, desde a colonização até nossos dias - escravidão, servidão, pequena produção mercantil e trabalho assalariado - não podem ser vistas isoladamente da relação capital-salário e do mercado mundial. As narrativas dos habitantes da cidade, registradas por meio da etnografia da duração, oferecem-nos subsídios para o entendimento do lugar que os grupos étnico-raciais ocuparam - e ainda ocupam - nesta divisão racial do trabalho. A escravidão, a servidão, a posse ou não da terra, a exploração dos recursos naturais, a fixação das moradias, os deslocamentos, a habitação em áreas de risco, as formas de sobrevivência, os ofícios e ocupações são resultados de relações de dominação e de uma nítida divisão social e racial do trabalho.

No caso do Vale do Rio dos Sinos, assim como em outras regiões do Brasil, a retórica desenvolvimentista teve graves consequências do ponto de vista ambiental: desmatamento, destruição de grande parte da fauna e da flora, contaminação das águas dos rios, arroios e córregos. Leopoldo Petry (1944), nas primeiras décadas do século XX, já anun-

ciava o extermínio da fauna dos rios e arroios da região da bacia do rio dos Sinos, em razão dos detritos jogados nas águas pelos curtumes que se localizavam às margens dos leitos dos rios. O autor sinalizava para o desmatamento e a destruição da vegetação das várzeas e banhados em razão da ocupação irregular desses territórios, devido à expansão urbana, fortalecida por fluxos migratórios de trabalhadores que já começavam a atender, naquele período, aos “chamados” das autoridades locais para o preenchimento de postos de trabalho da indústria coureiro-calçadista, que ampliava gradativamente sua capacidade produtiva. Este movimento viveria seu apogeu, mais tarde, nas décadas de 60, 70 e 80, caracterizadas por um intenso fluxo migratório e crescimento urbano.

No Vale dos Sinos, a dinâmica de acumulação apoiou-se na retórica da natureza inesgotável, nas imagens de paisagens de águas abundantes e no impulso do trabalho livre e assalariado como caminho do “progresso”. Na perspectiva da memória ambiental constata-se, por um lado, certa ausência de atribuição de um valor positivo para os antigos modelos coloniais de matrizes extrativista e agropastoril e de suas formas de acumulação em termos dos impactos ambientais, associados à colonização portuguesa no sul do Brasil; por outro lado, tem-se o culto à sua matriz operário-industrial e à intensa exploração dos seus recursos naturais, especialmente hídricos.

A ocupação territorial da região do Sinos pautou-se, desde os primórdios, por referentes étnico-raciais. Nas primeiras décadas do século XX, em Novo Hamburgo, grande parte dos descendentes de alemães habitava o bairro Hamburgo Velho, ícone de fundação da cidade, e também o bairro Mistura, o “novo centro”, junto com alguns descendentes de portugueses, os *brasileiros*; os negros, em sua maioria, viviam apartados dos demais no bairro denominado África.

Quando nós éramos pequenos, o meu pai - o meu pai se criou aqui no bairro - o meu pai sempre dizia pra nós que esse bairro aqui... só que essa história eu não sei nem contar, mas a gente ouviu o pai falar que isso aqui era chamado de África. (...) Tinha dois salões ali. Onde um salão entrava só os brancos, o outro salão entrava só os pretos. Era uma separação. E o meu pai sempre dizia pra nós que as pessoas botavam um botequinho ali pra vender cachaça. Nós presenciamos, nós éramos pequenos, ficávamos todos empoleira-

dos nas cercas, empoleirados nas árvores de noite. Tinha um botequinho na frente da nossa casa, os caras bebiam, bebiam... daqui a pouco se agarravam no pau e brigavam, brigavam, brigavam. E a polícia, aquela coisa... Meu pai, “o que eu falei pra vocês, tudo o que botar aqui nesse bairro nada se cria”. (C., moradora do bairro Guarani. Acervo da pesquisa “As comunidades negras do Vale dos Sinos e a memória do Trabalho”).

Nas lembranças da nossa interlocutora, o antigo bairro África, o qual, desde os anos 40, passa a ser conhecido como bairro Guarani, era um lugar desacreditado, estigmatizado, lugar de violência, visto por alguns moradores como um lugar onde “nada se cria”. As populações negras, em sua maioria, viviam à margem da cidade “próspera e ordeira”, excluídos não só da vida cotidiana da cidade, mas também das representações e imagens de trabalhadores responsáveis pelo avanço da cidade.

Os arroios, córregos e rios aparecem nas narrativas dos nossos parceiros e parceiras de pesquisa entrelaçados à memória do trabalho e dos seus itinerários nos espaços da cidade, como na fala da vó Nair (1918-2019), uma das poucas representantes das famílias negras que habitavam o bairro Mistura, no início do século XX.

Então, naquele rio (arroio Luiz Rau) a gente vinha lavar roupa. A mãe lavava, nós já ajudávamos. Ela atirava a roupa que era pra quarar, era tudo grama. Atirava pra cima, nós já íamos estendendo no quadro. Nós já estendíamos, o que era pra torcer, ela atirava pra cima, o arroio lá no fundo. Quando a gente tinha uma folguinha, pegava o anzol, uma varinha, botava o anzol; ali se lavava roupa, ali se pescava, ali se fritava e comia. Ali, a mãe torcia roupa, tinha uns tijolos, e minha mãe levava umas latas para ferver a roupa. Naquele tempo, se fervia roupa, atirava tudo pra cima, e ela lá no fundo, lavando e atirando o que era pra quarar, o que era pra ferver, o que era pra estender. E nós fizemos aquele trabalho, lá em cima, né? E quando a gente tinha uma folguinha, a gente ia e pescava ali. A gente pescava lambari. Quando me lembro, parece mentira que a gente fazia isto. Lembro, mas parece mentira, nossa. Era nossa vida, sempre lavando roupa. A mãe tinha o São Jacó e o Santa Catarina (colégios). Então, para todas estas internadas a mãe é que lavava (a roupa). A gente morava ali, no meio dos alemães (bairro Mistura). Era só nós que ficávamos ali, anos e anos no

meio dos alemães, mas, porque a gente falava alemão, a gente se dava bem. A minha mãe foi a única que se tornou conhecida dentro de Novo Hamburgo, de preta, era minha mãe. Ela fazia todo este serviço: ela cozinhava pra fora, ela cozinhava nos *kerb*, ela cozinhava nas festas dos alemães, tudo. Era casamento, era tudo. Ela foi dos Mosmann, ela foi cozinheira dos velhos Mosmann. Dali em diante, a mãe fazia todos os batizados, as festas de batizado, de comunhão. Ela fez a festa de todos os Mosmann. Agora faz uma ideia, era uns 5 ou 6, ainda tem aí os das construtoras, tem aquele que tem a Macosan. Isto tudo é como filho da mãe. São todos assim, se tem como filhos. [...] Tinha o bairro África, no Guarani, mas nós conhecíamos só de festa, baile, só íamos passear lá. Tudo que era negro morava lá, nós não morávamos lá. Pro lado do Mistura (bairro), quase não tinha brasileiro, até o Rio Branco era tudo alemão. Lá em cima, no Oswaldo Cruz, é que começava a ter brasileiro. Rico era só no centro, e eu estava no meio. (Vó Nair, Acervo da pesquisa As comunidades negras do Vale dos Sinos e a Memória do Trabalho).

A memória social do mundo do trabalho no Vale do Sinos alicerça-se sobre as representações do mundo dos brancos (Fernandes, 2007), aqui simbolizados por um modelo de branquidade que destoa das referências ibéricas, ou seja, a branquidade está inserida em uma escala valorativa que coloca o imigrante alemão e seus descendentes como expoentes do progresso e do desenvolvimento, em contraposição não somente às populações negras e indígenas, mas também em relação aos portugueses, espanhóis e seus sucessores. Esta memória social, por vezes, mescla-se às lembranças dos nossos interlocutores de pesquisa, na reverberação das suas memórias individuais e coletivas.

Os arroios não eram só *espaço-lugares* das lavadeiras. Os arroios eram os principais aliados do desenvolvimento industrial que se instalou no Vale do Rio dos Sinos. Os curtumes eram erguidos à beira dos arroios para que em suas águas fossem despejados os dejetos, os resíduos do processo de curtimento.

Os curtumes empregavam muita gente. Tinha os “curtumecos” também. No centro de Novo Hamburgo tinha três curtumes bem no centro, ali, onde é o Shopping hoje, ali era o Curtume

Jaeger, e o Curtume Silveira era onde é a Tumelero hoje. Nesse “curtumeco” ... Eu disse curtumeco quando, na verdade, era curtume. O Curtume Silveira foi muito grande. O Silveira era ao lado do arroio. O Silveira era ao lado do arroio. O Jaeger era junto com o arroio. Então, era fácil botar aquela água suja no arroio e ir embora. Mas, com o tempo, tinha que parar, não podia mais. A cidade cresceu e tinha que fazer aqueles filtros para que a sujeira... para a água ir limpa. (Ex-proprietário de curtume, Novo Hamburgo, 2015. Acervo da pesquisa Etnografia visual dos curtumes do Vale do Rio dos Sinos).

Uma das marcas da afirmação da matriz operário-fabril no Vale dos Sinos, em especial Novo Hamburgo, foi a intensificação dos fluxos migratórios de mão de obra para trabalhar nos curtumes, fábricas de calçados e de acessórios e componentes para para esses produtos, ao longo dos anos 60, 70 e 80 do século XX, momento de consolidação da exportação do sapato.

A maioria ficou no bairro. O bairro foi crescendo, eles foram se desviando, procurando forma de trabalho, aí começou Novo Hamburgo... Também toda essa vizinhança expandiu e procurou oferecer vagas de emprego, que eram muito mais atrativas que os empregos na agricultura, na pecuária. Empregado do patrão na agricultura, na área rural, eles passaram a... Teve muito... vamos dizer, Novo Hamburgo teve muita concentração da raça negra que se fundiu diretamente. Inclusive, hoje, trabalha conosco uma menina, uma senhora, a secretária, que é neta de uma família que morava no pedaço de terra dos meus pais que eram Jacob, e ela era preta e falava alemão e essa, de vez em quando, ela também trabalha com meus pais. Eles, então, vendiam lenha, botavam uma serralheria e compravam uma serra e compravam lenha para distribuir para os moradores, para vender. Era uma forma de vida, tal qual no início a tafona foi também, dava emprego para uma porção de gente na época, a “farinhada”. (Sr. N. Fundo de Origem: Acervo da pesquisa “As comunidades negras do Vale dos Sinos e a Memória do Trabalho”).

Em trabalho anterior (Nunes et. al., 2013), destacamos a importância da mão de obra negra para o desenvolvimento da indústria de

curtimento no Rio Grande do Sul. Afirmamos que as narrativas dos nossos interlocutores apontavam para uma relação entre o saber ancestral dessas populações nos ofícios com o couro, por decorrência do trabalho nas extensas charqueadas do Rio Grande do Sul, quando na condição de mão de obra escravizada.

Neste sentido, cabe retomar a leitura de Alimonda (2011) para a inclusão do discurso desses grupos cujo trabalho foi invisibilizado na *epopeia da Modernidade*, isto é, para as traduções locais desta Modernidade, no intuito de perseguir a tal diversidade epistêmica sobre Modernidade/Colonialidade. Cabe rever o mito fundacional da Modernidade fortalecido pelo evolucionismo social e cultural, que, ao colocar o europeu branco como exemplo de “civilização”, retira da cena da Modernidade diferentes atores, diferentes racionalidades e produções de sentido, diferentes imaginários (Quijano, 2005).

Ballestrini (2013) destaca a importância do pensamento decolonial latino-americano em sua versão mais contemporânea, via Grupo *Modernidad/Colonialidad*, para a ciência política que se edifica na América Latina, ainda que constata baixa adesão entre os intelectuais brasileiros. Salientamos a importância deste pensamento decolonial no interior da antropologia, tanto pela perspectiva da crítica ao etnocentrismo quanto pelo fortalecimento de uma antropologia desde o Sul.

A ilusão desenvolvimentista que alimenta o imaginário local persiste por decorrência da reordenação territorial do mundo do trabalho na região do Sinos, nos anos 90 do século XX, momento em que os negócios da grande indústria coureiro-calçadista são afetados por ajustes fiscais e pela desregulação da política econômica nacional, e passam a valer-se de normas jurídicas para garantir a institucionalização dos seus direitos corporativos, perpetuando seus pactos econômicos privados com os governos estadual e municipal.

A crise do setor coureiro-calçadista na região, no intervalo de tempo entre a década de 90 e os primeiros anos do século XXI, intensifica o que Harvey (2004) denomina “acumulação por despossessão”, que se configura com a ampliação da reprodução do capital acompanhada pela violenta mercantilização dos bens naturais e apresenta no centro da disputa o território e o meio ambiente. No final dos anos 90, começa

a cair o véu da “ilusão desenvolvimentista” alimentada pela indústria coureiro-calçadista, com os altos preços internacionais dos produtos primários (*commodities*), a desnacionalização da indústria calçadista, a concorrência de outros centros de produção e os impactos ambientais advindos de sua grande capacidade de concentração de poluentes.

O setor calçadista sofreu uma grande crise, fecharam muitas fábricas, deu um grande desemprego. [...] Não dava pra competir com a nossa mão de obra, com a legislação, não dava pra contratar um operário. Tem que pagar o salário, tem que pagar mais encargos sociais, encargos trabalhistas, décimo terceiro e férias. (Sr. N. Fundo de Origem: Acervo da pesquisa “As comunidades negras do Vale dos Sinos e a Memória do Trabalho”).

A matriz operário-industrial de Novo Hamburgo, sob a nova visão internacional e territorial do trabalho e da desigualdade social, migra o ramo calçadista para a China, no final dos anos 90 e no limiar do século XXI, deixando atrás parte da indústria do couro e do calçado como fiéis representantes desta cadeia produtiva. Nas primeiras décadas do século XXI, momento em que a cidade e a região buscam alternativas diversificadas para a dinamizar a economia, constata-se que os resultados do modelo de desenvolvimento anterior não se traduziram apenas em cifras, mas também acumularam prejuízos e se materializaram no uso irregular do solo urbano, na contaminação das águas, na formação e crescimento de zonas de sub-habitação, caracterizadas pela precariedade de saneamento básico e condições dignas de moradia.

A contemporaneidade permite-nos realizar uma crítica cultural aos modelos desenvolvimentistas a que foram submetidas as cidades brasileiras, em especial, as edificadas no interior de um circuito metropolitano, onde não se conseguiu conjugar preservação ambiental, instauração de centros industriais e ocupação territorial urbana ordenada e sustentável.

Em geral, os grandes prejuízos ambientais, além da destruição da fauna e da flora, dizem respeito à contaminação das águas de arroios, córregos e rios, do mesmo modo, a persistência da desigualdade social e racial que inviabilizam o acesso democrático à cidade e aos serviços essenciais à grande parte da população urbana.

Neste sentido, retomamos o pensamento de Shiva (2002) sobre a urgente e necessária integração das lutas sociais e ambientais contemporâneas, as quais devem ser mobilizadas em prol da defesa concomitante da preservação da diversidade da natureza e da preservação da diversidade cultural. Segundo esta autora, *viver a diversidade na natureza corresponde a viver a diversidade de culturas. As diversidades natural e cultural são fontes de riqueza e alternativas* (Shiva, 2002, p. 17).

Se este entendimento é o eixo de luta dos povos da floresta, se é o mote da defesa dos territórios indígenas e quilombolas, pode também facultar a realização da crítica cultural dos modelos de progresso das cidades e centros metropolitanos, permitindo a proposição e ascensão de projetos alternativos de desenvolvimento sustentável, capazes de congregiar as diferentes perspectivas: econômica, social, cultural e ambiental.

Considerações Finais

Ao levar em consideração o processo de *acumulação por despossessão* (Harvey, 2004), podemos refletir sobre os distintos graus com que o ideário da modernidade, projetado para os espaços urbanos de Novo Hamburgo e região, se choca com a paisagem natural – sinais do progresso da civilização no Vale do Rio dos Sinos.

Os conflitos ambientais são narrados intensivamente por nossos interlocutores de pesquisa. Segundo o relato de alguns, a inaptidão e a “ignorância” de líderes e representantes do Estado, da indústria curtidora e dos movimentos sociais no trato da “questão ambiental” foram fundamentais para o fechamento de muitos curtumes na região dos Sinos. Na voz de nossos interlocutores, estes conflitos acentuaram-se decisivamente nos anos de 1980, o que ratifica as análises de autores como Svampa (2011, 2012) e Leite Lopes (2006), que apontam as décadas de 70 e 80 como marcos para o giro-eco-territorial e a ambientalização dos conflitos sociais. Desse modo, não se pode olhar para a crise da indústria coureiro-calçadista sem considerar esses embates ambientais, pois, segundo Escobar (2011, p.75), os conflitos ecológicos, econômicos e culturais estão intimamente entrelaçados: “las crisis económicas son crisis ecológicas y crisis culturales.

Ao trabalharmos com a etnografia da duração, conforme propõem Eckert e Rocha (2013), chamamos a atenção para a existência de gestos anteriores que servem de base para as sensibilidades contemporâneas, desde as lutas ancestrais pela defesa e pelos direitos aos territórios (por exemplo, a resistência e a resiliência dos povos indígenas e quilombolas), isto é, os arranjos espaço-temporais e suas formas, as imagens e representações que atuam, ao longo do tempo, para a edificação de uma memória do trabalho e de uma memória ambiental.

Em um momento que o Vale dos Sinos se reorganiza para a diversificação de sua matriz produtiva - especialmente aqueles municípios que abrigaram grande número de empresas da indústria coureiro-calçadista, como é o caso de Novo Hamburgo, Campo Bom e Estância Velha -, abrindo espaço para novas configurações tais como aquelas estimuladas pela indústria criativa, faz-se necessário refletir sobre as dinâmicas socioculturais que consolidaram a matriz operário-industrial, bem como as que sustentaram a crise da indústria coureiro-calçadista e os conflitos ambientais. Neste sentido, as novas configurações são estímulos para que se pense o espaço urbano de modo integrado, colocando em diálogo permanente a diversidade cultural, a biodiversidade e a defesa dos ecossistemas, as relações econômicas e de trabalho. Afora o mundo da academia, e mesmo assim de modo tímido, ainda há pouco espaço em nossas cidades para esta crítica cultural.

Referências

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza: una aproximación a la Ecología Política Latinoamericana. In: ALIMONDA, H. (coord.). *La Naturaleza Colonizada: ecología política e mineria en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p. 21-58. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120319035504/natura.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

ALIMONDA, Héctor; PEREZ, Catalina T.; MARTÍN, Facundo. (coord.). *Ecología política latinoamericana: pensamiento crítico, diferencia latinoamericana y rearticulación epistémica*. Tomo 1. Buenos Aires: Facundo Martín/CICCUS; México: Universidad Autónoma Metropolitana/CLACSO, 2017. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20171030111951/GT_Ecologia_politica_Tomo_I.pdf. Acesso em 24 jul. 2020.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciências Políticas*, Brasília, n.11. p.89-117, maio/ago. 2013. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho do antropólogo*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Unesp, 2000.

DEVOS, Rafael Victorino. *A questão ambiental sob a ótica da antropologia dos grupos urbanos, nas ilhas do Parque estadual Delta do Jacuí*. 2007. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

DEVOS, Rafael Victorino. A crise ambiental sob a perspectiva da memória e dos itinerários no mundo urbano contemporâneo. *Ambiente & Sociedade*, v.12, n. 2, p. 293-306, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v12n2/a06v12n2.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza C. *Etnografia da Duração: antropologia das memórias coletivas em coleções etnográficas*. Porto Alegre: Marca-visual, 2013.

ESCOBAR, Arturo. Ecología Política de la globalidad y la diferencia. In: ALI-MONDA, H. *La Naturaleza Colonizada: ecologia política e mineria en America Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2011. p.61-92.

FERNANDES, Florestan. *O Negro no Mundo dos Brancos*. São Paulo: Global, 2007.

HARVEY, David. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul -1833-1834*. 2.ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v12n25/a03v1225.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

MARTINEZ ALIER, Joan. *El ecologismo de los pobres: conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelon: Icaria/FLACSO, 2005.

MOOG, Vianna. *Um Rio Imita o Reno*. 8. ed. Porto Alegre: Globo; Brasília: INL, 1973.

NUNES, Margarete Fagundes. *O Negro no Mundo Alemão: cidade, memória e ações afirmativas no tempo da globalização*. 2009. Tese (Doutorado em An-

tropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

NUNES, Margarete F.; ROCHA, Ana Luiza C. Etnografando narrativas étnicas no espaço da cidade: os negros e as ações afirmativas na sociedade brasileira contemporânea. *Iluminuras*, v.10, n. 23, p. 01-28, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/10075>. Acesso em: 22 jul. 2020.

NUNES, Margarete F.; MAGALHAES, Magna L.; ROCHA, Ana Luiza C. Trabalho negro, memória negra no Vale do Sinos (RS): narrativa etnobiográfica de Vó Nair. *Horizontes Antropológicos*, v. 19, n. 39, p. 269-292, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v19n39/v19n39a11.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

NUNES, Margarete F. et al. Era um hino de fábrica apitando: a memória do trabalho negro na cidade de Novo Hamburgo (RS), Brasil. *Etnográfica*, v.17, n 2, p. 269-291, jun. 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/3122>. Acesso em: 23 jul. 2020.

NUNES, Margarete F.; FIGUEIREDO, João A. S.; ROCHA, Ana Luiza C. Sinos River Hydrographic Basin: urban occupation, industrialization and environmental memory. *Brazilian Journal of Biology*, v.75, n. 4, sup.2, p. 03-09, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bjb/v75n4s2/1519-6984-bjb-75-4suppl2-3.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

NUNES, Margarete F.; ROCHA, Ana Luiza C.; FIGUEIREDO, João A. S. The memory of labour and environmental memory: the tannery industries of the Sinos River Valley/RS, *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 21, n. 01, p. 173-188, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/rbeur/v21n1/en_2317-1529-rbeur-21-01-173.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

PETRY, Leopoldo. *O Município de Novo Hamburgo*. Porto Alegre: A Nação, 1944.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, p.107-130, set. 2005. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CLÍMACO, Danilo A. (org.) *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histó-*

rico-estrutural a la colonialidad/descolonialidad del poder/Aníbal Quijano. Antologías. Buenos Aires, Clacso. 2014. p.285-327. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2020.

QUIJANO, Anibal; WALLERSTEIN, Immanuel. (1992), “Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World-System”. *International Social Science Journal*, 134: 549-557.

ROCHA, Ana Luiza C.; NUNES, Margarete F.; FIGUEIREDO, João A. S. Paisagens e Territorialidades da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos: uma etnografia do trabalho e da memória ambiental. In: RODRIGUES, Marco A.S.; KAYSER, Ana C.; PEDDE, Valdir (org.) *Rio dos Sinos e Qualidade Ambiental*. Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 17-43.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaya, 2002.

SVAMPA, Maristela. Modelos de desarrollo, cuestion ambiental y giro eco-territorial. In: ALIMONDA, Hector (coord). *La naturaleza colonizada*. Ecología política y minería en America Latina. Buenos Aires: Ciccus/CLACSO, 2011. p.181-215.

SVAMPA, Maristela. Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Revista Observatorio Social de América Latina-OSAL*. Movimientos socioambientales en América Latina. Buenos Aires: OSAL, n. 32, p. 15-38, set. 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>. Acesso em 24 jul. 2020.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VELHO, Gilberto. Unidade e fragmentação em sociedade complexas. In: SOUZA, J. & BERTHOLD, Ö. (Org.). *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System: capitalist agriculture and the origins of the Europe World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1976.